

CONGRESSO

Ministros fazem corpo a corpo atrás de verbas

Ideia é “vender” aos parlamentares programas para que destinem dinheiro de emendas

» EVANDRO ÉBOLI

Ministros de quase todas as pastas têm circulado pelo Congresso em busca de seduzir deputados, senadores e suas bancadas a despejar os R\$ 33,6 bilhões de emendas a que todos têm direito em programas e ações em suas áreas. É a maneira dos auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terem orçamento para tocarem projetos.

Esses ministros têm se reunido com bancadas, em encontros públicos e outros privados, nos gabinetes. Para vender melhor as iniciativas de suas pastas, encaminham aos deputados e senadores “cartilhas de emendas parlamentares”, apontando programa, valor da emenda a ser destinada e código de ação.

Passando o chapéu

Algumas ações dos ministérios apresentadas aos parlamentares



CULTURA

- Realização de feiras literárias e gastronômicas de temática afro-brasileira e quilombola, buscando integrar o mercado editorial à produção literária e gastronômica local negra — R\$ 300 mil
- Estimular criação de bandas de música tradicional, com aquisição de instrumentos, edição e distribuição de partituras, cursos de breve e longa duração para regentes e músicos — R\$ 200 mil a R\$ 600 mil



RELAÇÕES EXTERIORES

- Feira do livro em Havana, principal evento cultural realizado em Cuba, que "atrai inúmeros profissionais do campo literário, artístico e acadêmico" — R\$ 200 mil
- Comemoração dos 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, espetáculos musicais em espaços público, eventos de promoção da gastronomia, literatura, artes cênicas e visitas oficiais — R\$ 250 mil
- Promoção da imagem do agronegócio no exterior, com tradução de materiais e informações sobre a realidade das cadeias produtivas da agropecuária e agroindústria brasileiras — R\$ 200 mil



MULHERES

- Autonomia econômica das mulheres, com promoção de igualdade salarial, laboral e de cuidados na esfera do trabalho produtivo — valor a ser definido pelo parlamentar
- Apoio à implementação de Casas da Mulher Brasileira, com construção dessas unidades para o atendimento de mulheres em situação de violência — valor a ser definido pelo parlamentar



JUSTIÇA

- Kit Antibomba, para municiar o órgão com compra de transportes para operações desse grupo "para fazer frente aos desafios da segurança pública" — R\$ 600 mil
- Kit DNA, com ações voltadas à redução da criminalidade violenta no país e para elucidação célere dos crimes — R\$ 3,8 milhões
- Itens como colete balístico velado (R\$ 140.000,00), 35 mil unidades de munição 9 milímetros (R\$ 278 mil) e 140 kits de pistola Glock (R\$ 84 mil)



POVOS INDÍGENAS

- Programa de Proteção Territorial, com construção de postos de fiscalização nas terras indígenas e capacitar agentes indígenas para atuarem de forma remunerada — R\$ 400 mil
- Programa de regularização fundiária e proteção dos povos isolados; computadores de alta performance, rádios, drones, veículos, kit de vigilância, equipamento de proteção individual — R\$ 1,1 milhão
- Programa Saberes Interculturais, que irá custear a abertura de cursos tecnólogos e bacharelados interculturais e incentivar o ingresso e permanência de indígenas no ensino superior — R\$ 1 milhão

serviços, equipamentos e ações que vossa excelência pode direcionar às suas bases, por intermédio das emendas ao Orçamento”, argumentou De Paula.

Olho vivo

Os apelos dos ministros são diversos e também delegam às suas assessorias parlamentares a incumbência. Esses auxiliares têm a função de acompanhar os interesses das pastas na Câmara e no Senado, desde um projeto de lei de interesse ou não da área, que deve ser aprovado ou derrotado, e até essa solicitação da destinação de emendas.

Porém, os ministérios recém-criados (como Mulheres, Povos Indígenas, Igualdade Racial, Pesca e Cultura) têm que começar quase do zero. A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara,

argumenta aos parlamentares que as emendas são fundamentais para as nações originárias continuarem a preservar os biomas nacionais.

“Esses povos estão presentes em todo o Brasil (...). Pedimos o seu empenho para dotar nosso ministério com recursos, sem os quais os mais importantes e significativos ideais não se concretizam”, disse Sônia.

Essas emendas parlamentares devem ser apresentadas ao Orçamento até quinta-feira. Por ser 2024 um ano eleitoral, quando esses recursos serão liberados, os parlamentares podem trocar o “investimento” num programa ou ação do governo pela chamada “emenda pix” — transferência mais rápida do recurso e que vai direto para a prefeitura, onde o gestor pode usar conforme sua vontade.



Em cartilhas, pastas indicam “produtos”

Os ministérios listam dezenas de ações nas quais os parlamentares podem financiar e destinar suas emendas no Orçamento da União. Os modelos dessas cartilhas variam: algumas são mais genéricas, outras não. É o caso da publicação do Ministério da Pesca, que mais lembra um catálogo de venda de produtos, com dezenas de fotos, que vão de cadeira a lancha, de mesa a caminhão refrigerado.

O Ministério da Agricultura chama sua cartilha de “portfólio de ações”. E lista sugestões de itens para deputados e senadores, como retroescavadeira, aluquel de maquinário, construção de galpão e até agrotóxico. Já a pasta dedicada aos pequenos agricultores, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, cita “reforma agrária” — palavra para o agronegócio — 24 vezes.

Tem ministério que sugere investimento em fortalecimento de órgão que nem existe. É o caso do Ministério dos Direitos Humanos

e Cidadania, que pede recursos para a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos — extinta no governo Bolsonaro e que não foi reativada, apesar de um decreto que a recria estar na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pasta de Silvío Almeida reivindica R\$ 200 mil.

Dos principais ministérios da Esplanada, Justiça e Segurança Pública tem uma carteira de ações e programas extensa. E inseriu uma novidade que são os “kits”, um modelo que a pasta entende ser de mais fácil assimilação pelos parlamentares. Tem kit body cam (aquisição de câmera corporal nos agentes de segurança penitenciária), há kit viatura blindada, kit dignidade menstrual (oficina para produção de absorventes e fraldas para detentos e detentas), kit DNA, kit IML e outros.

Um ministério que nunca existiu antes, como o dos Povos Indígenas, traz como ações

a capacitação de integrantes das comunidades nativas como agentes em postos de fiscalização das terras em que vivem, além da aquisição de drones, computadores de alta performance e equipamento de proteção individual. A ministra Sônia Guajajara também pede verba para abertura de cursos e bacharelados para os indígenas e incentivar para o ingresso e permanência deles no ensino superior.

Propaganda

O Itamaraty abre sua cartilha se dirigindo assim aos parlamentares: “O Ministério das Relações Exteriores tem o prazer de apresentar sua cartilha de emendas parlamentares individuais”. E lembra que executa um amplo leque de atribuições — que vai da promoção de produtos e empresas do Brasil no exterior a assistência a brasileiros no

exterior — com recursos que correspondem a apenas 0,09% do Orçamento da União.

E faz sua propaganda: “O índice de execução orçamentária do Ministério (liberação de fato de emenda), que historicamente ultrapassa 95%, o posiciona como um dos órgãos com melhor desempenho nesta área”.

O MRE pede emenda para outros tipos de iniciativas, como a comemoração dos 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, com previsão de espetáculos musicais e eventos de promoção da gastronomia, literatura, artes cênicas e visitas oficiais de autoridades dos dois países.

Na cartilha do MRE consta, também, a distribuição de alimentos de alto poder nutritivo na Namíbia, uma cooperação humanitária ao país africano, no combate à desnutrição que aflixe as faixas mais vulneráveis daquela população. (EE)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Milei fará um governo contingenciado por liberais e peronistas

Se a vitória de Javier Milei nas eleições argentinas foi incontentável, com uma diferença de quase 3 milhões de votos a mais que Sergio Massa, o futuro de seu governo ainda é uma grande incógnita. Tem um mês para montar seu governo e formar maioria no Congresso. Nesse ínterim, terá que administrar as incertezas econômicas do país, com uma corrida atrás de dólar e a inflação em disparada.

No seu primeiro dia como presidente eleito, Milei reiterou a intenção de fechar o Banco Central, dolarizar a economia e pôs na ordem do dia as privatizações, a começar pela petroleira do país. Milei quer privatizar, também, a Telam — a TV pública do país — e a Rádio Nacional. E pretende visitar Israel e os Estados Unidos antes de tomar posse, marcada para 10 de dezembro.

Precisa formar maioria no Congresso, principalmente na Câmara. A coligação de partidos peronistas União pela Pátria, do candidato Sergio Massa, perdeu 10 assentos, mas seguirá sendo a maior bancada da Casa, com 108 das 257 cadeiras. A segunda força, com 93 deputados, é a coalizão de centro-direita Juntos pela Mudança, cuja candidata Patricia Bullrich ficou de fora do segundo turno, mas apoiou o presidente eleito. O partido A Liberdade Avança, de Milei, elegeu 35 deputados.

Juntos, A Liberdade Avança e Juntos pela Mudança, porém, têm 20 deputados a mais do que os peronistas. Essa aliança com os liberais-conservadores é a chave para a estabilidade política do país e a sustentação do programa econômico de Milei. O ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019), que o apoiou, é uma liderança influente no Congresso. No segundo turno, foi um fator de moderação do discurso de Milei. Entretanto, os fantasmas dos ex-presidentes Raúl Alfonsín e Fernando de La Rúa, da União Cívica Radical, que derrotaram o peronismo nas urnas, mas não terminaram o mandato, assombram Milei.

Resiliência peronista

A vitória de Alfonsín havia imposto ao peronismo a primeira derrota nas urnas, com o país quebrado, humilhado e frustrado. Em 1985, o Plano Austral tentou corrigir o curso, com controle de preços, salários e câmbio, redução dos gastos do Estado e freio à emissão monetária.

Seguiram-se os Planos Austral II e Primavera: congelamento de preços, tarifas, salários e câmbio. O fracasso desses planos produziu hiperinflação, escalada do dólar, desemprego, recessão e desgaste político. Alfonsín renunciou cinco meses antes de concluir o mandato, no dia 8 de julho de 1989. O peronista Carlos Menem assumiu a Presidência com um programa neoliberal.

Em 1999, 10 anos depois, as denúncias de corrupção e a deterioração do quadro econômico-social no segundo mandato de Menem levaram o eleitorado a votar, novamente, contra o peronismo. As eleições foram vencidas pela Alianza UCR-Frepaso, Fernando De la Rúa-Carlos “Chacho” Álvarez, que se mostrou incapaz de governar.

Domingo Cavallo, que comandou o programa de reformas neoliberais de Menem, retornou ao Ministério da Economia, em 2001, e recebeu do Congresso a missão buscar a estabilidade, com a receita “blindagem” financeira, aumento impostos, reestruturação da dívida e deficit zero. A deterioração social e a desordem econômica, porém, atingiram níveis insustentáveis, com saques e violentas manifestações. Sob a pressão dos “panelaços”, Cavallo e De la Rúa renunciaram.

Em duas semanas, entre 20 de dezembro de 2001 e 2 de janeiro de 2002, a Argentina teve cinco presidentes. O peronista Ramón Puerta, presidente do Senado, que assumiu porque “Chacho” Alvarez havia renunciado; Adolfo Rodríguez Saá, governador da província de San Luis, eleito presidente provisório, que decretou a moratória e, depois, renunciou; novamente o presidente do Senado Ramón Puerta, que após 15 minutos entregou o cargo; o peronista Eduardo Camaño, presidente da Câmara, como designa a Constituição, para os casos de renúncia do presidente do Senado.

Finalmente, a Assembleia Legislativa escolheu o senador peronista Eduardo Duhalde como novo presidente, para completar o mandato de De la Rúa, até dezembro de 2003. Em seu discurso ao Congresso, logo após a eleição, ele anunciou o fim da conversibilidade que mantinha o peso atrelado ao dólar há 10 anos. Além disso, manteve a moratória de sua dívida externa.

Duhalde assumiu a Presidência de um país desmoronado. Sua prioridade era reconstruir a governabilidade. Substituiu o apoio do establishment econômico-financeiro por uma aliança entre o setor produtivo nacional e com o peronismo tradicional, “pesificou” a economia, mas, pela primeira vez na história, a Argentina conheceu a fome e a proliferação da miséria. Com a posse do ministro da Economia Roberto Lavagna, em 2002, o país começou a se recuperar. Inicia-se um breve ciclo de crescimento econômico.

Nas eleições de 2003, enfrentam-se propostas antagônicas para a Argentina, polarizadas nas candidaturas de Néstor Kirchner (centro-esquerda) e Carlos Menem (centro-direita), ambos peronistas. Vitorioso após a desistência deste último, Kirchner assegura a governabilidade e o crescimento do país, que chamou de “refundação” da Argentina, que se esgotou agora, com a derrota de Massa.

Será o fim do peronismo?